



# SINDILURB

## NOTÍCIAS

Informativo do Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização de Resíduos de Minas Gerais

FIEMG  
CIEMG  
SESI  
SENAI  
IEL

Sistema  
**FIEMG**

IMPRESSO

EDIÇÃO 39 - FEVEREIRO DE 2020

# Entidades convocam a sociedade para um pacto pelo Saneamento no Brasil



Este informativo é impresso em papel 100% reciclado. Preservar o meio ambiente é cuidar do nosso futuro.

Liderados pela ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, órgãos representativos do setor de abastecimento e saneamento básico refutam texto-base para novo marco legal do saneamento. O setor acredita que propostas do Congresso comprometem os serviços para municípios mais pobres. [Página 4](#)

Associado, mande notícias de sua empresa para o Informativo SINDILURB NOTÍCIAS

[sindilurb@fiemg.com.br](mailto:sindilurb@fiemg.com.br)



## QUANTUM ENGENHARIA

Há seis anos no mercado, dedicados à limpeza pública, a Quantum Engenharia revela os desafios de operar em cidades históricas e turísticas, como Ouro Preto, que é vitrine para todo Brasil. [PÁGINA 3](#)



# ABES reúne propostas para universalização do saneamento

**ROGÉRIO SIQUEIRA** - Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES - Seção Minas Gerais

O setor de saneamento e abastecimento de água em todo o país vem passando, nos últimos anos, por uma batalha entre o governo federal e as entidades representativas que operam no setor. Após a derrubada de duas Medidas Provisórias (MPs 844 e 868) e seis projetos de lei que alteravam pontos-chaves do Marco Legal, as entidades se mobilizaram para a construção de um novo pacto pelo saneamento no Brasil.

Entre elas, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, liderou as discussões para reverter o problema e resguardar o direito do acesso ao saneamento e à água, previstos na Constituição Federal.

O texto-base para o novo marco legal foi aprovado pela Câmara em 11 de dezembro de 2019 e volta para o Senado, antes da sanção da Presidência. O presidente da ABES, Seção de Minas Gerais, Rogério Pena Siqueira, fala ao jornal do SINDILURB sobre os principais pontos dessa discussão.

**1 - As tentativas de intervenções do governo anterior com medidas provisórias para o Marco Legal do saneamento no Brasil sofreram muita pressão das entidades representativas do setor, incluindo a ABES, por conta das mudanças propostas, dentre elas, no subsídio cruzado, que impossibilitaria os municípios com menos recursos terem acesso aos serviços. Em que pé estão as discussões e qual a postura do governo atual com relação ao Marco Legal?**

A postura do governo atual é idêntica à do governo anterior. Foi aprovado o PL em dois turnos na Câmara Federal, e agora entra no Senado para votação em 2 turnos. Além das dificuldades dos pequenos municípios em relação ao equilíbrio econômico, o PL ataca a autonomia desses municípios ao obrigar-los a se reunirem em consórcios. Poderá haver questionamentos no sentido da constitucionalidade do assunto.

## 2 - Como funciona esse subsídio cruzado?

A tarifa da empresas estaduais é única no estado todo. Então, nos municípios onde o sistema é deficitário (dá prejuízo), o cidadão paga a mesma tarifa. Se este município for gerir o sistema sozinho, sem o subsídio cruzado, certamente a população irá pagar mais para manter os serviços de saneamento.

## 3 - Em Minas Gerais quantos municípios seriam prejudicados?

A COPASA atende mais de 629 municípios, mas a lei atinge a todos os municípios mineiros, visto que ela regula todo o saneamento no Brasil.



Rogério Siqueira, presidente da ABES, Seção de Minas Gerais

“

O que se defende é a universalização, ou seja, que todo cidadão tenha reconhecido o direito constitucional ao saneamento e à água, que aliás esta (água) é um direito humano, reconhecido pela ONU.

## 4 - Quantos municípios mineiros possuem saneamento e abastecimento de água adequados?

Pouco mais da metade dos municípios mineiros tem saneamento adequado, porém, o que se defende é a universalização, ou seja, que todo cidadão tenha reconhecido o direito constitucional ao saneamento e à água, que aliás esta (água) é um direito humano, reconhecido pela ONU.

## 5 - Quais são as possíveis saídas para universalização do saneamento básico no Brasil?

A parceria entre todos os setores, público, privado e sociedade civil em geral é a solução para a universalização. Os investimentos privados, sejam nacionais ou estrangeiros, desde que bem regulados, visto ser um serviços de concessão, juntamente com a expertise técnica nacional e social, já que quem conhece nossa sociedade somos nós e a questão cultural influencia em todos

os níveis de políticas públicas. Há um axioma aí, porque dinheiro existe e não falta, o que falta é uma organização política, técnica e econômica. É uma equação sensível mas possível. Muitos países já chegaram lá. A Europa toda já chegou lá. O Brasil tem capacidade técnica e econômica para resolver esta equação. Falta capacidade política desprendida de interesses particulares e pensada nas pessoas para resolver o problema.

## 6 - Sobre o texto-base do novo marco legal do saneamento básico brasileiro, aprovado em dezembro, quais pontos a ABES está de acordo?

Estamos de acordo que precisamos melhorar a regulação, para absorver investimentos com regras definidas e com segurança para todos: quem presta o serviço e principalmente que recebe o serviço, garantindo sua qualidade e modicidade, para que o acesso não seja restrinido por questões econômicas, visto que temos uma distribuição de renda muito imperfeita para que todos possam pagar igual.

## 7 - Quais outras resistências o novo marco legal vem encontrando? Há resistências dos estados e dos municípios?

Sim. Os municípios estão sendo muito afetados pois a lei faz determinações que ferem sua autonomia. E os estados estão sem condições de investimento e têm se posicionado no imediatismo, tentando convencer suas assembleias legislativas que saneamento é patrimônio e capital, o que é um contra-senso já que, sem a continuidade dos contratos de programa, as empresas públicas estatais de saneamento perdem totalmente seu valor.

## 8 - A ABES promoverá em Belo Horizonte o 14º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, de 23 a 25 de junho de 2020. Quais novidades e expectativas para esse novo evento em Minas?

Gostaria de aproveitar e convidar o SINDILURB e as empresas que tratam deste tema, que é um dos temas mais importantes da questão de saneamento no Brasil, já que temos tudo por fazer nesta área, seja em incremento tecnológico à gestão pública e de logística e tratamento de resíduos. Será uma grande oportunidade que a ABES traz a Minas Gerais para mostrar o que há de mais novo e mais funcional e produtivo neste mercado. Haverá apresentação de trabalhos de todo o Brasil dos maiores conhecedores do assunto. É hora de fazer uma reflexão dos avanços e oportunidades que teremos no setor a partir dos 10 anos de publicação da lei nacional de resíduos sólidos.